

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Elektro Renováveis do Brasil S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Elektro Renováveis do Brasil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Elektro Renováveis do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Gabriela Rocha Werberich
Gabriela Rocha Werberich
Contadora
CRC nº 1 RS 079489/O-4



Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025

ELEKTRO RENOVÁVEIS DO BRASIL S.A.

Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	6
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
BALANÇO PATRIMONIAL	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
3. RESULTADO FINANCEIRO	18
4. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	18
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20
6. INVESTIMENTOS	21
7. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS	22
8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23
9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	26
10. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	28

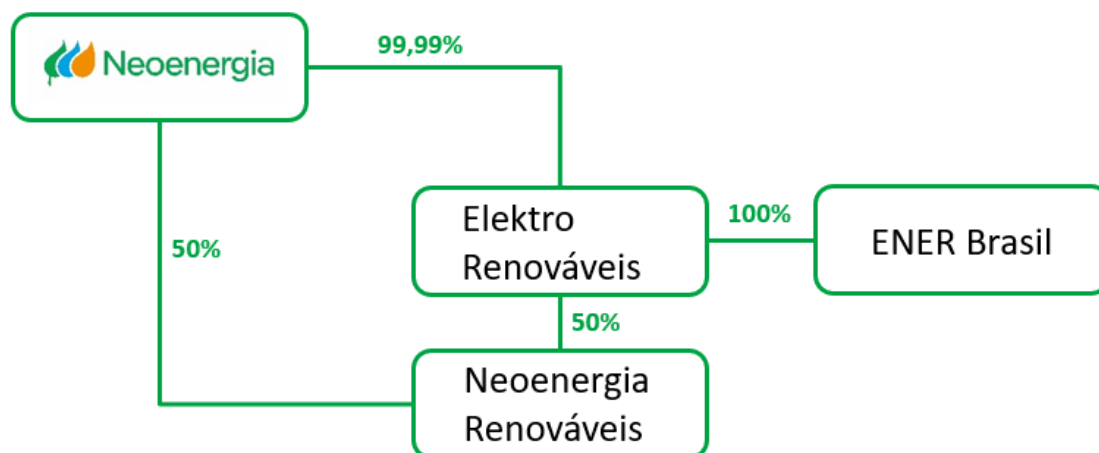
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,

Ao apresentar os resultados de 2025, a Elektro Renováveis do Brasil S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2026, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. ELEKTRO RENOVÁVEIS

A Elektro Renováveis do Brasil S.A. atua no segmento de geração de energia eólica e possui participação acionária na Energias Renováveis do Brasil S.A. (ENERBRASIL) e na Neoenergia Renováveis, controladora dos ativos eólicos e solares do Grupo. A companhia está sediada na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia tem por objeto a prática das seguintes atividades: (a) geração, distribuição e comercialização de energia elétrica obtida por meio de centrais de produção que usam fontes de energia renovável, incluindo, por exemplo, mas não se limitando, à hidráulica, mini-hidráulica, eólica, solar, termal, fotovoltaica, biomassa; (b) geração, distribuição e comercialização de biocombustível e produtos derivados; (c) desenho, construção, operação, manutenção e venda de instalações visando o desenvolvimento das atividades descritas acima, a provisão de análise de serviço, estudo de engenharia e serviços de consultorias energéticas, ambiental, técnica e econômica relacionadas a ditas instalações; (d) participação em outras sociedades, simples ou empresária, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou acionista, que desenvolvam qualquer tipo de atividade econômica relativa ao negócio de geração e comercialização de energia elétrica ou seus derivados, incluindo derivados financeiros.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2025	2024	Variação %
EBITDA	171.328	256.879	(33,3)
Resultado Financeiro	2.076	9.110	(77,21)
Lucro Líquido	173.402	265.899	(34,79)
Margem Operacional (%)	N/A	N/A	N/A
Margem EBITDA (%)	N/A	N/A	N/A
Margem Líquida (%)	N/A	N/A	N/A

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽²⁾	dez/24	dez/23	Variação %
Ativo Total	2.798.790	2.703.998	3,51
Patrimônio Líquido	2.755.479	2.643.630	4,23

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

⁽³⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/24	dez/23	Variação %
EBITDA/Resultado Financeiro ⁽⁴⁾	(82,53)	(28,20)	192,7

⁽⁴⁾ EBITDA e Resultado Financeiro dos últimos 12 meses

Atendendo a Resolução CVM n° 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2025	2024	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido (A)	173.402	265.899	(92.497)	(34,79)
Receitas financeiras (B)	2.011	8.924	(6.913)	(77,47)
Despesas financeiras (C)	(827)	(593)	(234)	39,46
Outros Resultados financeiros, líquidos (D)	892	779	113	14,51
Imposto de renda (E)	-	(88)	88	(100,00)
Depreciação (F)	(2)	(2)	-	-
EBITDA = (A-(B+D+C+D+E+F))	171.328	256.879	(85.551)	(33,30)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

4. ENDIVIDAMENTO

A Companhia não possui compromissos de dívida com terceiros ou capital de giro a financiar.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”), firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 (sessenta) meses.

Em 2025, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 13.414,00 referentes à auditoria das demonstrações financeiras. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Elektro Renováveis do Brasil S.A. (“Elektro Renováveis”), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Elektro Renováveis e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Elektro Renováveis.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Elektro Renováveis sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

ELEKTRO RENOVÁVEIS DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas		(26)	(73)
Equivalência patrimonial	6	171.352	256.950
Lucro operacional		171.326	256.877
Resultado financeiro	3	2.076	9.110
Receitas financeiras		2.011	8.924
Despesas financeiras		(827)	(593)
Outros resultados financeiros, líquidos		892	779
Lucro antes dos tributos		173.402	265.987
Tributos sobre o lucro	4	-	(88)
Corrente		-	(88)
Lucro líquido do exercício		173.402	265.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELEKTRO RENOVÁVEIS DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	173.402	265.899
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Equivalência patrimonial	(175)	-
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(175)	-
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Equivalência patrimonial	(210)	637
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(210)	637
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	(385)	637
Resultado abrangente do exercício	173.017	266.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELEKTRO RENOVÁVEIS DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	173.402	265.899
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	2	2
Resultado de participação societária	(171.352)	(256.950)
Tributos sobre o lucro	-	88
Resultado financeiro, líquido	(2.076)	(9.110)
Alterações no capital de giro:		
Fornecedores e contas a pagar	(1)	(7)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	1.927	(4.851)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	2	1
Outros ativos e passivos, líquidos	62	(694)
Caixa gerado (consumido) nas operações	1.966	(5.622)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	249.519	159.533
Rendimento de aplicação financeira	2.130	9.382
Tributos sobre o lucro pagos	(872)	(977)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	252.743	162.316
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de principal – Arrendamentos	(2)	(2)
Remuneração paga aos acionistas	(233.355)	(213.542)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(233.357)	(213.544)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	19.386	(51.228)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.125	64.353
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	32.511	13.125

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELEKTRO RENOVÁVEIS DO BRASIL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	32.511	13.125
Tributos sobre o lucro a recuperar	4.1.2	457	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	6	28.427	73.900
Transações com partes relacionadas	9.1	26.890	26.890
Outros ativos circulantes		42	42
Total do circulante		88.327	113.957
Não circulante			
Tributos sobre o lucro a recuperar	4.1.2	7.285	8.703
Depósitos judiciais	7	171	150
Investimentos em participação societária	6	2.703.007	2.581.186
Direito de uso		-	2
Total do não circulante		2.710.463	2.590.041
Total do ativo		2.798.790	2.703.998
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar		17	18
Passivo de arrendamento		-	2
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		2.110	1.700
Dividendos e juros sobre capital próprio	8.2	41.183	58.643
Outros passivos circulantes		1	2
Total do circulante		43.311	60.365
Não circulante			
Provisões e outras obrigações		-	3
Total do não circulante		-	3
Patrimônio líquido			
Atribuído aos acionistas da Companhia	8	2.755.479	2.643.630
Total do patrimônio líquido		2.755.479	2.643.630
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.798.790	2.703.998

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELEKTRO RENOVÁVEIS DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Reservas de lucro									Total	
		Capital Social	Reserva de transação com os sócios	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de investimento	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.018.244	-	422	55.885	-	569.079	-	-	-	-	2.643.630
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	173.402	-	-	173.402
Aprovação dos dividendos adicionais	8.2	-	-	-	-	-	(174.712)	-	-	-	-	(174.712)
Outros resultados abrangentes	8.4	-	-	(385)	-	-	-	-	-	-	-	(385)
Destinação do lucro líquido:												
Constituição de reservas de lucros	8.5	-	-	-	8.670	-	16.474	-	(25.144)	-	-	-
Remuneração aos acionistas	8.2	-	-	-	-	-	-	-	(148.258)	105.558	-	(42.700)
Transação com os sócios	8.3											
Incorporação de ativos pela investida		-	154.946	-	-	-	-	-	-	-	-	154.946
Venda de participação societária pela investida		-	1.298	-	-	-	-	-	-	-	-	1.298
Saldos em 31 de dezembro de 2025		2.018.244	156.244	37	64.555	-	410.841	-	-	-	105.558	2.755.479
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.018.244	-	(215)	42.590	103.906	440.410	35.406	-	-	-	2.640.341
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	265.899	-	-	265.899
Aprovação dos dividendos adicionais	8.2	-	-	-	-	(103.906)	(58.673)	(35.406)	-	-	-	(197.985)
Outros resultados abrangentes	8.4	-	-	637	-	-	-	-	-	-	-	637
Destinação do lucro líquido:												
Constituição de reservas de lucros	8.5	-	-	-	13.295	-	187.342	-	(200.637)	-	-	-
Remuneração aos acionistas	8.2	-	-	-	-	-	-	-	(65.262)	-	-	(65.262)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.018.244	-	422	55.885	-	569.079	-	-	-	-	2.643.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

I. CONTEXTO OPERACIONAL

A Elektro Renováveis do Brasil S.A. (Elektro ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado controlada integralmente pela Neoenergia S.A.

A Companhia atua no segmento de geração de energia eólica, e é acionista de: Energias Renováveis do Brasil S.A. (Enerbrasil) (100%), Neoenergia Renováveis (50%).

A Companhia tem por objeto a prática das seguintes atividades: (a) geração, distribuição e comercialização de energia elétrica obtida por meio de centrais de produção que usam fontes de energia renovável, incluindo, por exemplo, mas não se limitando, à hidráulica, mini-hidráulica, eólica, solar, termal, fotovoltaica, biomassa; (b) geração, distribuição e comercialização de biocombustível e produtos derivados; (c) desenho, construção, operação, manutenção e venda de instalações visando o desenvolvimento das atividades descritas acima, a provisão de análise de serviço, estudo de engenharia e serviços de consultorias energéticas, ambiental, técnica e econômica relacionadas a ditas instalações; (d) participação em outras sociedades, simples ou empresária, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou acionista, que desenvolvam qualquer tipo de atividade econômica relativa ao negócio de geração e comercialização de energia elétrica ou seus derivados, incluindo derivados financeiros. A Companhia tem sede na Praia do Flamengo, 78, 5º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ.

A Companhia possui indiretamente o direito de explorar os seguintes negócios:

1.1 Concessões do Serviço Público e Autorizações de serviços de energia elétrica**Parques eólicos em operação**

Empresa	Localidade, estado	Data de autorização	Data de Vencimento	Capacidade instalada (MW)	Garantia Física (MW med)
Enerbrasil	Rio do Fogo – RN	04/03/2011	04/03/2046	28,0 MW	12,9
Caetitê 2	Caetitê, BA	07/02/2011	07/02/2046	30,0 MW	14,7
Caetitê 3	Caetitê, BA	24/02/2011	24/02/2046	30,0 MW	11,2
Mel 2	Areia Branca, RN	28/02/2011	28/02/2046	20,0 MW	8,8
Arizona 1	Rio do Fogo, RN	04/03/2011	04/03/2046	28,0 MW	12,9
Calango 1	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova, RN	28/04/2011	28/04/2046	30,0 MW	13,9
Calango 2	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova, RN	09/05/2011	09/05/2046	30,0 MW	12,8
Calango 4	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova, RN	19/05/2011	19/05/2046	30,0 MW	13,5
Calango 3	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova, RN	30/05/2011	30/05/2046	30,0 MW	13,9
Calango 5	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova, RN	02/06/2011	02/06/2046	30,0 MW	13,7
Caetitê 1	Caetitê, BA	29/10/2012	29/10/2042	30,0 MW	13,0
Santana 1	Bodó, RN	14/11/2014	14/11/2049	30,0 MW	17,3
Santana 2	Lagoa Nova, RN	14/11/2014	14/11/2049	24,0 MW	13,1
Calango 6	Bodó, RN	20/11/2014	20/11/2049	30,0 MW	18,5
Canoas	São José do Sabugi, PB	04/08/2015	04/08/2050	31,5 MW	17,7
Lagoa 1	Santa Luzia, PB	04/08/2015	04/08/2050	31,5 MW	18,7
Lagoa 2	São José do Sabugi, PB	04/08/2015	04/08/2050	31,5 MW	17,5
Chafariz 1	Santa Luzia, PB	21/06/2018	21/06/2053	34,65 MW	18,2
Chafariz 2	Santa Luzia, PB	21/06/2018	21/06/2053	34,65 MW	17,4
Chafariz 3	Santa Luzia, PB	21/06/2018	21/06/2053	34,65 MW	18,2
Chafariz 6	Santa Luzia, PB	21/06/2018	21/06/2053	31,185 MW	15,2
Chafariz 7	Santa Luzia, PB	21/06/2018	21/06/2053	34,65 MW	18,3
Lagoa 3	São José do Sabugi, PB	26/06/2018	26/06/2053	34,65 MW	17,2
Lagoa 4	Santa Luzia, PB	26/06/2018	26/06/2053	20,79 MW	10,2
Canoas 2	Santa Luzia, PB	26/06/2018	26/06/2053	34,65 MW	16,3
Canoas 4	São José do Sabugi, PB	26/06/2018	26/06/2053	34,65 MW	16,5
Chafariz 4	Santa Luzia e Areia de Baraúnas, PB	05/02/2019	05/02/2054	34,65 MW	18,2
Chafariz 5	Santa Luzia, PB	05/02/2019	05/02/2054	34,65 MW	16,8
Canoas 3	Santa Luzia e São José do Sabugi, PB	05/02/2019	05/02/2054	34,65 MW	17,5
Ventos de Arapuá 1	Santa Luzia, Areia de Baraúnas e São Mamede, PB	05/02/2019	05/02/2054	24,255 MW	11,8
Ventos de Arapuá 2	Santa Luzia, Areia de Baraúnas e São Mamede, PB	05/02/2019	05/02/2054	34,65 MW	17,5

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Ventos de Arapuá 3	Santa Luzia, Areia de Baraúnas e São Mamede, PB	05/02/2019	05/02/2054	13,86 MW	5,9
Oitis 1	Dom Inocência, PI	29/11/2019	29/11/2054	49,50 MW	26,1
Oitis 8	Dom Inocência, PI	29/11/2019	29/11/2054	49,50 MW	25,5
Oitis 2	Dom Inocência, PI	24/12/2019	24/12/2054	27,50 MW	-
Oitis 3	Dom Inocência, PI	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 4	Dom Inocência, PI	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 5	Dom Inocência, PI	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 6	Dom Inocência, PI	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 7	Dom Inocência, PI	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 9	Dom Inocência, PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 10	Dom Inocência, PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 21	Casa Nova, BA	24/12/2019	24/12/2054	44,00 MW	-
Oitis 22	Casa Nova, BA	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-

Parques solares fotovoltaicos em operação

Empresa	Localidade, estado	Data de autorização	Data de vencimento	Capacidade instalada (MW)
Luzia 2	Santa Luzia, PB	26/05/2020	25/05/2055	58,932 MW
Luzia 3	Santa Luzia, PB	26/05/2020	25/05/2055	58,932 MW

Usinas hidrelétricas em operação

Empresa	Localidade, estado	Data de autorização	Data de vencimento	Capacidade instalada (MW)	Garantia Física (MW med)
Consórcio Corumbá	Rio Corumbá, GO	07/11/2001	22/04/2040	96,45 MW	47

1.2 Gestão de Riscos

As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A. em abril de 2025, compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos específicos para cada Negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do Grupo Neoenergia.

O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

1.1.1 Riscos Financeiros e Mercado

As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas da Neoenergia e de suas controladas.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ ou ‘alavancados’.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das Diretrizes de Riscos Financeiros e de Crédito.

Risco de taxas de juros e índices de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TJLP, TLP, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros dívida, rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de preço de *commodities*

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de infraestrutura, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia.

Commodities energéticas – Energia elétrica: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia elétrica como demanda e oferta, hidrologia, gás, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pelo negócio busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos, além da capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos.

Em 31 de dezembro 2025, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas.

Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

1.1.2 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Diretriz de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Itaú	AAA	-	AAA

1.1.3 Risco associados à geração de energia

A energia comercializada pelas controladas e coligadas da Companhia, depende das condições hidrológicas dos reservatórios e variações do recurso eólico, impactado por condições climáticas. Além da variabilidade do recurso, a Companhia pode estar exposta a riscos associados à redução da geração decorrente de eventos por *curtailment* (restrições de geração por fatores externos) e indisponibilidade operacional, que podem comprometer as projeções de geração do negócio.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos.

Pelo fato da controladora da Companhia, Neoenergia S.A., preparar Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por não apresentar demonstrações financeiras consolidadas conforme permitido no item 4 do CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 06 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia e de todas as controladas.

2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
4.1	Tributos sobre o lucro
7.2	Provisões

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva

A Companhia não identificou impactos relevantes na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2026

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade	<p>IFRS 19 simplifica as exigências de divulgação de entidades que são subsidiárias sem responsabilidade pública, permitindo que estas utilizem as <i>IFRS Accounting Standards</i> para fins de reconhecimento e mensuração, mas com requisitos de divulgação reduzidos.</p> <p>Essa norma se aplica somente as entidades que: (i) sua controladora consolida as informações aplicando a <i>IFRS 10 Consolidated Financial Statements</i> e disponibiliza a demonstração financeira consolidada para o público geral, e (ii) a entidade não possui títulos e valores mobiliários sendo negociados em mercado, seja bolsa ou balcão.</p>	01/01/2027
--	--	------------

A Companhia espera impactos substanciais na apresentação da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este normativo em suas demonstrações financeiras.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.130	9.382
(-) Tributos sobre receita financeira	(142)	(473)
Outras receitas financeiras	23	15
	2.011	8.924
Despesas Financeiras		
Outras despesas financeiras ⁽¹⁾	(827)	(593)
	(827)	(593)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Ganhos com variações cambiais e monetárias	892	779
	892	779
Resultado financeiro líquido	2.076	9.110

(1) Inclui IOF, atualização de desmantelamento e do passivo de arrendamento.

4. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

4.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do período.

4.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	173.402	265.987
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(58.957)	(90.436)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	393	2.641
Resultado de participações societárias	58.260	87.363
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	1	2
Atualização SELIC indêbitos tributários	303	-
Outros adições (reversões)	-	342
Tributos sobre o lucro	-	(88)
Alíquota efetiva	0,00%	0,03%
Corrente	-	(88)

4.1.2 Tributos correntes ativos e passivo

	2025	2024
IRPJ	6.632	7.946
CSLL	1.110	757
Ativo	7.742	8.703
Circulante	457	-
Não circulante	7.285	8.703

4.1.3 Política contábil material e julgamentos críticos**a) Política contábil material**

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

b) Estimativas e julgamentos críticos

É necessário julgamento crítico para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenários macroeconômicos, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário.

Essas premissas são elaboradas e fundamentadas pela Administração, considerando os cenários econômicos, comerciais e tributários, e estão sujeitos a alterações.

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Fundos de investimento	32.511	13.125
Total	32.511	13.125

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 é de 99,88% (99,90% em 31 de dezembro de 2024) do CDI.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	2025	2024
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	30.170	13.125
CDB	2.341	-
Total	32.511	13.125

Os fundos de investimentos exclusivos do grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

6. INVESTIMENTOS

6.1 Mutações ocorridas durante o exercício

As variações dos investimentos em controladas são as seguintes:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	2.581.186	2.508.872
Equivalência patrimonial no resultado	171.352	256.950
Equivalência patrimonial em outros resultados abrangentes	(385)	637
Dividendos declarados	(205.390)	(185.273)
Ganho na alienação e/ou incorporação de investidas	156.244	-
Saldo final do exercício	2.703.007	2.581.186

(i) Incorporação de ativos pela investida

Em 31 de janeiro de 2025, a investida Neoenergia Renováveis S.A. concluiu a incorporação da sociedade Geração CIII S.A. A operação resultou no aumento de R\$ 309.891 no capital social da Neoenergia Renováveis S.A., mediante a emissão de novas ações, sem que houvesse diluição da participação da Companhia no capital social da investida. Assim, a Companhia manteve sua participação de 50% na Neoenergia Renováveis S.A., resultando no reconhecimento de um ganho, referente à parcela proporcional, de R\$ 154.946 em transações com sócios, no patrimônio líquido.

As operações realizadas pela investida tiveram como finalidade promover uma reorganização societária voltada ao aprimoramento do direcionamento estratégico e da governança das atividades operacionais, à otimização da estrutura de capital e à melhoria da eficiência na captação de recursos, na alocação de capital e na distribuição de resultados. Como consequência, espera-se a geração de ganhos de eficiência administrativa e econômico-financeira.

(ii) Venda de participação societária pela investida

Em 8 de novembro de 2024, a Neoenergia Renováveis S.A. alienou para CCR S.A. (CCR) participação societária das sociedades Oitis 2 Energia Renovável S.A., Oitis 4 Energia Renovável S.A. e Oitis 6 Energia Renovável S.A. A operação resultou em ganho de R\$ 2.595 para a Neoenergia Renováveis. Assim, a Companhia manteve sua participação de 50% na Neoenergia Renováveis, resultando no reconhecimento de um ganho, referente à parcela proporcional, de R\$ 1.298 em transações com sócios, no patrimônio líquido.

Apresentamos a seguir a movimentação dos dividendos a receber:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	73.900	49.107
Declarados ⁽¹⁾	204.046	184.326
Recebidos	(249.519)	(159.533)
Saldo final do exercício	28.427	73.900

(1) Dividendos e JCP líquidos de IRRF.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

6.2 Detalhamento por classe de investimento

A seguir apresentamos informações sobre as controladas:

Controladas	Participação	Data-base		Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	Lucro líquido do exercício
		Patrimoniais / Resultado	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante			
NEOENERGIA	50%	2025	392.486	4.939.701	126.452	70.567	5.135.168	169.156	
RENOVÁVEIS	50%	2024	381.543	3.979.669	143.966	14.690	4.202.556	298.397	
ENERBRASIL	100%	2025	136.131	47.887	37.851	10.744	135.423	68.836	
	100%	2024	110.073	76.951	44.005	33.115	109.904	53.105	

6.3 Política contábil material**Subsidiárias e coligadas**

Subsidiária é a entidade na qual a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade (controle). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é detido pela Companhia e a consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Coligada é a entidade sobre a qual a companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Os investimentos em subsidiárias são avaliados pelo método da equivalência patrimonial a partir da data em que elas se tornam sua coligada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício de forma reflexa ao reconhecimento realizado por suas investidas. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da investida.

7. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS**7.1 Passivos contingentes e depósitos judiciais****a) Passivos contingentes**

Os passivos contingentes, que correspondem a processos judiciais não provisionados, são apresentados a seguir:

	2025	2024
Processos fiscais (i)	152	139
	152	139

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue:

(i) Processos fiscais: A Companhia possui um total estimado de R\$ 152 (R\$ 139 em 31 de dezembro de 2022) em ações tributárias relacionadas a taxas de fiscalização e funcionamento com expectativa de perda

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

possível. Os valores foram atualizados monetariamente pela SELIC, índice de atualização dos processos fiscais.

b) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

	2025	2024
Processos fiscais	171	150
	171	150

Os depósitos judiciais foram atualizados monetariamente pela taxa SELIC, para os processos fiscais

7.2 Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

(i) Provisão para litígios e passivos contingentes

O valor relacionado à parcela principal da provisão litígio é reconhecido no resultado operacional ou imobilizado/ intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

b) Estimativas e julgamentos críticos

(i) Provisão para litígios e passivos contingentes

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social integralizado é de R\$ 2.018.244, composto por 2.018.244.270 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, detidas integralmente pela Neoenergia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

8.2 Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	173.402	265.899
Reserva legal	(8.670)	(13.295)
Lucro líquido ajustado	164.732	252.604
Reserva para investimentos	(16.474)	(187.342)
Lucro líquido a distribuir	148.258	65.262
Remuneração		
Mínimo obrigatório	42.700	65.262
Remuneração adicional	105.558	-
	148.258	65.262
Natureza da remuneração		
Dividendos	138.146	51.187
JCP	10.112	14.075
	148.258	65.262

Os valores deliberados aos acionistas da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

		Valor deliberado	Valor por ação
2025			
AGOE de 30 de abril de 2025	Reserva de investimento	174.712	0,0865663
AGE de 18 de dezembro de 2025	Juros sobre capital próprio	10.112	0,0050103
		184.824	
2024			
AGOE de 30 de abril de 2024	Juros sobre capital próprio	13.000	0,0064412
AGOE de 27 de junho de 2024	Juros sobre capital próprio	5.304	0,0026280
AGOE de 20 de dezembro de 2024	Reserva especial de dividendos	35.406	0,0175430
AGOE de 20 de dezembro de 2024	Reserva de retenção de lucros	103.906	0,0514834
AGOE de 20 de dezembro de 2024	Reserva de investimento	58.673	0,0290713
AGOE de 20 de dezembro de 2024	Juros sobre capital próprio	8.771	0,0043459
		225.060	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	58.643	11.050
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados no exercício	42.700	65.262
Declarados de exercícios anteriores	174.712	197.285
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(1.517)	(2.112)
Pagos no exercício	(233.355)	(213.542)
Saldo final do exercício	41.183	58.643

8.3 Reserva de transação com os sócios

Para mais detalhes veja nota explicativa 6.1.

8.4 Reservas de lucros

8.4.1 Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

8.4.2 Reserva de retenção de lucros

Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia.

8.4.3 Reserva especial de dividendos não distribuídos

Reserva destinada a registrar a parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da Companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/76.

8.4.4 Reserva para investimento

Como previsto no estatuto social da Companhia, o montante que excede a distribuição de dividendo mínimo obrigatório deve ser destinado para reserva de investimentos que não excederá 80% do capital subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, na qual é destinada para financiar a expansão das atividades da Companhia ou criação de novos empreendimentos.

8.5 Política contábil material

O capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionista e suas empresas ligadas.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas a: (i) dividendos a receber e a pagar; (ii) repasse de custos a receber.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia são apresentados abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

9.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	2025			2024		
	Subsidiárias da Neoenergia S.A.	Acionista e coligadas	Total	Subsidiárias da Neoenergia S.A.	Acionista e coligadas	Total
Ativo						
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (a)	28.427	-	28.427	73.900	-	73.900
Outros ativos (b)	26.890	-	26.890	26.890	-	26.890
	55.317	-	55.317	100.790	-	100.790
Passivo						
Dividendos a pagar (c)	-	41.183	41.183	-	58.643	58.643
	-	41.183	41.183	-	58.643	58.643

9.2 Principais Transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 16.1 e 16.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)
a)	Enerbrasil e Neoenergia Renováveis	Dividendos e JSCP a receber	N/A	N/A	2026	28.427
b)	Neoenergia Renováveis	Repasse de Custos a receber	N/A	N/A	2026	26.890
c)	Neoenergia S.A.	Dividendos a pagar	N/A	N/A	2026	(41.183)

9.3 Remuneração da administração (Pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve remuneração da administração da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pela Neoenergia S.A.

10. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2025		2024	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	-	32.511	-	13.125
	-	32.511	-	13.125
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar	17	-	18	-
Passivo de arrendamento	-	-	2	-
Outros passivos financeiros	1	-	2	-
	18	-	22	-

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

10.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 10.7 (análise de sensibilidade).

10.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025		2024	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	32.511	32.511	13.125	13.125
	32.511	32.511	13.125	13.125

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

10.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA")

Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil.

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e contas a pagar a fornecedores e passivos financeiros são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

10.5 Política contábil material

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

10.6 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir 31 de dezembro de 2025.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	14,90%	32.511	1.149	(165)	(332)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor Presidente

Diretores

Marcelo José Cavalcanti Lopes
Rodolfo Fernandes da Rocha

CONTADORA

Rachel Alves Pascale
CRC-RJ-Nº 115915/O-3

Luciana Maximino Maia
Diretora de Contabilidade

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia **Elektro Renováveis do Brasil S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 5º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.012.586/0001-89, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Elektro Renováveis relativas ao exercício social findo em 31.12.2025; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte, relativamente às demonstrações financeiras da Elektro Renováveis alusivas ao exercício social findo em 31.12.2025.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2026.

Fabiano Uchoas Ribeiro

Diretor Presidente

Marcelo José Cavalcanti Lopes

Rodolfo Fernandes da Rocha

Diretores